

Monarquista quer agora o apoio de parlamentaristas

CORREIO BRAZILIENSE

Se os parlamentaristas quisessem nova oportunidade para a adoção do governo de gabinete, devem apoiar emenda convocando um plebiscito a fim de que o eleitorado defina o regime que deseja para o País — república presidencialista, república parlamentarista ou monarquia parlamentarista. Esta possibilidade é levantada pelo deputado Cunha Bueno (PDS-SP) que encampou emenda popular sobre o plebiscito e, é defensor da monarquia —, em carta a ser enviada a todos os constituintes derrotados na votação do sistema de governo, na última terça-feira. Aos vitoriosos, Cunha Bueno está encaminhando uma outra carta, apelando para o seu espírito democrático, e destacando que “até hoje o presidencialismo não foi plebiscitado”.

No texto enviado aos parlamentaristas, Cunha Bueno sustenta que o governo de gabinete não foi aprovado pela Constituinte por dois motivos: os vícios do presidencialismo (“nunca vi tanto governador e ministro aqui no Congresso”, observa o deputado) e a falta de respaldo da opinião pública. Cunha Bueno acredita que sensibilizará os parlamentaristas, e está convencido de que a emenda convocando um plebiscito após campanha de esclarecimento através dos meios de comunicação também receberá o apoio dos presidencialistas:

— Muitos já me disseram que vão votar na emenda, por entenderem que o presidencialismo jamais foi plebiscitado e por considerarem que o engajamento popular é importante.

O resultado da votação sobre o regime de governo, se por um lado frustrou o deputado — que votou pelo parlamentarismo —, fortaleceu a tese do plebiscito, segundo sua avaliação:

— Lamentel profundamente não ter sido aprovado um sistema moderno de governo. Lamento continuarmos num presidencialismo caudilhesco. Mas o resultado é um ponto a favor da minha emenda, porque o Governo continuará a ser um desgoverno, e novas crises virão para se somar às atuais.

A luta de Cunha Bueno na Constituinte em favor de um plebiscito incluindo a hipótese da monarquia tomou forma através de emenda popular com 44.632 assinaturas e terá seu desfecho na votação das disposições transitórias. O deputado parte do princípio de que o que houve na proclamação da República foi um golpe militar. Ele mostra cópia do decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, que proclama provisoriamente como forma de governo a República Federativa, e estabelece que o governo provisório não reconhece nem reconhecerá nenhum governo local contrário à forma republicana, aguardando o pronunciamento definitivo do voto da Nação, livremente expressado pelo sufrágio popular:

— Veio a Constituição de 1891, e no projeto que o Governo havia enviado à Assembléia já estava colocada a forma de governo republicana, com a Cláusula



Cunha Bueno

Pétrea, que proibia a discussão da própria República.

A Cláusula Pétrea, foi agora abolida pela Constituinte por 336 votos, contra 29 que pretendiam mantê-la e 6 abstenções. Aos 336 constituintes que votaram pela extinção da Cláusula, Cunha Bueno está enviando um ofício agradecendo o voto que permitirá aos monarquistas “se organizar livremente e lutar por seus princípios”. Segundo ele, com essa votação “a última anistia que faltava no Brasil foi concedida”.

A próxima etapa da luta de Cunha Bueno é a emenda do plebiscito, e se este for realizado, há, na opinião do deputado, a perspectiva de adoção da monarquia parlamentarista:

— Existe uma coisa chamada inconsciente coletivo. Em tudo o que é do gosto popular o povo acaba aclamando um rei: o do futebol, o da juventude, o rei Momo, o rei do baião, a rainha da uva... O povo não aclama um Presidente. Outro dia, estive no gabinete do governador Moreira Franco, e lá estava a diretoria da Escola de Samba Império Serrano. Perguntei ao presidente da escola o porquê do nome. Ele me deu explicações sobre a palavra Serrano, e eu então perguntei-lhe porque Império, e não República. Ele olhou rindo para mim e disse: o senhor quer esculhambar com a escola?

O ano de realização do plebiscito — 1993 — é explicado por Cunha Bueno: como o povo está convencido de que a eleição para presidente da República acabará com os males do País, há tempo para a eleição e para o arrependimento.

Aprovado o plebiscito, Cunha Bueno tem alguns números para tentar convencer o eleitorado: em 98 anos de República, houve 12 estados de sítio, 17 atos institucionais, 6 dissoluções do Congresso, 19 rebeliões militares, 2 renúncias presidenciais, 3 presidentes impedidos de tomar posse, 4 presidentes depostos, 6 Constituições diferentes, 2 longos períodos ditatoriais, 9 governos autoritários e “um sem-número” de cassações, banimentos, exílios, intervenções em sindicatos e universidades, censura à imprensa.